



MPC/DF

Fl.: 335

Proc.: 15510/10

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

PROCESSO: 15510/2010 ()

RELATOR: Conselheiro Inácio Magalhães Filho

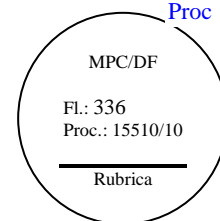
PARECER: 0722/2015 - MF

EMENTA: Representação n.º 07/10-MF e Representação da Deputada Érica Kokay. Secretaria de Estado de Educação (SEE). Inspeção para aferir a regularidade e pertinência das aquisições e distribuições dos kits de higiene bucal e materiais didáticos nas escolas. Decisão n.º 4895/2013. Realização de inspeção para aferição da regularidade e pertinência das aquisições tendo por fundamento o teor do Parecer n.º 737/2013-MF. Irregularidades evidenciadas, determinação à SEE e audiência de responsável com vistas à aplicação de multa. Parecer n.º 217-2015-MF. Decisão n.º 1174/2015. Preliminar envio do Relatório de Inspeção à SEE para manifestação. Órgão técnico pelo parcial cumprimento da Decisão n.º 1174/2015 e realização de audiência com vistas à aplicação da multa prevista no art. 57, II, da LC n.º 1/94. Parecer parcialmente divergente.

Retornam os autos da Representação n.º 07/10-MF (fls. 03 a 05) e da Representação da Deputada Érica Kokay (fls. 06 a 08), solicitando o exame da regularidade das aquisições e aplicações dos kits de saúde bucal e dos materiais didáticos, realizadas pela Secretaria de Estado de Educação.

2. O órgão técnico procedeu a inspeção, objeto do Relatório de Inspeção n.º 2.2019.14 (fls. 268 a 290), em atendimento à determinação do e. Tribunal, contida na Decisão n.º 4895/2013, de realizar inspeção para a aferição da regularidade e pertinência das aquisições e aplicações dos kits de saúde bucal e dos materiais didáticos tendo por fundamento o teor do parecer do Ministério Público, no caso o Parecer n.º 737/2013-MF (fls. 147 a 151) que faz remissão ao Parecer n.º 200/2012-MF, incluindo, nesse sentido, as seguintes possíveis irregularidades apontadas pelo controle interno, no Relatório de Inspeção n.º 01/2010-DIFIP/CONT (fls. 11 a 33):

a) manifestação da Gerência de Odontologia da SES contrária à aquisição do produto evidenciador de placas bacterianas na forma de gel, porquanto de fabricação exclusiva de apenas uma empresa, restringindo a competitividade e, em consequência, majorando o valor a ser pago, preferindo-se, ao invés, o produto na forma em pasta ou líquida, questionando também a segurança, a eficácia e viabilidade do gel, afirmando que a sua utilização



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

necessita cuidadosa orientação e acompanhamento para que não ocorram acidentes com o seu uso;

- b) o valor total do kit, no processo licitatório nº 01/2010, foi cerca de 25% superior ao valor obtido na licitação anterior;
- c) ausência de estudos, laudos ou pareceres técnicos que comprovem a eficácia, segurança e custo-benefício da aquisição do produto na forma de gel em detrimento das outras formas de apresentação, menos onerosas e com eficácia já comprovada;
- d) necessária avaliação da utilização desse produto junto aos alunos e familiares, professores e profissionais envolvidos a fim de verificar se os propósitos almejados com a utilização do gel estão sendo alcançados, de forma a justificar a necessidade de sua distribuição aos alunos e eventual continuidade da aquisição desse específico produto;
- e) identificadas falhas na retirada e distribuição dos kits e na conservação e guarda dos mesmos;
- f) expressiva diferença detectada de 66.159 kits ao contrapor os registros do Almoxarifado Central aos do SIGMA;
- g) diferença de 2.888 kits quando comparados os dados disponibilizados pela DAE/SE aos da Gerência de Projetos, em relação aos kits distribuídos, evidenciando possível desvio de material;
- h) ausência de estudo técnico que embasasse o quantitativo de kits solicitados e de relatórios contendo os resultados alcançados nos últimos anos de modo a justificar o número de kits, sua composição e a manutenção do cronograma apresentado pela Gerência de Projetos;
- i) inexistência de análise pedagógica aventada pela Gerência de Projetos, inferindo-se que a escolha do livro baseou-se em argumentos meramente opinativos;
- j) questionável necessidade de uma nova compra de livros em vias de se realizar;
- k) compra de novos Almanques feita mesmo havendo uma quantidade considerável do material didático antigo em estoque;
- l) ausência de resultados de avaliações realizadas no Projeto quanto às ações educativas desenvolvidas, de modo a subsidiar ações futuras, incluindo nova compra de livros.

3. Em apertada síntese, assim concluiu o órgão técnico:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

“74. Sobre os aspectos da regularidade da aquisição para aquisição do produto evidenciador de placas bacterianas e kit (pontos “a”, “b” e “c”) o assunto já foi analisado no âmbito do Processo TCDF nº 7064/10. No entanto, não foi esclarecida a opção do produto pela forma farmacêutica em gel em detrimento das demais apresentações.

75. Quanto à avaliação da utilização do gel evidenciador de placas bacterianas, a Pasta encaminhou pesquisa comprovando a segurança e aceitação do produto pelos usuários, assim como sua satisfação (ponto “d”).

76. No tocante à distribuição dos kits, há uma inconsistência entre os quantitativos adquiridos, de forma que 62% das aquisições não constaram como “distribuídos” pela Secretaria, tampouco há informações sobre a destinação dada aos mesmos (pontos “e”, “f,” e “g”). Nesse sentido, opina-se no sentido que a Secretaria de Educação esclareça sobre os quantitativos de kits distribuídos aos alunos.

77. No que se refere aos resultados e avaliações realizados no Projeto (pontos “d”, “h”, “i” e “l”) ficou demonstrada a aceitação do Programa para a população assim como entendimento por parte dos alunos no sentido de melhora da qualidade da higiene bucal. Não obstante, a seleção não ocorreu de forma adequada, pois não consta análise pedagógica prévia à aquisição dos livros vinculados ao Programa.

78. Com relação a futuras aquisições, como o Programa foi descontinuado entendemos sanados os pontos “j” e “k”.”

4. Em consequência, naquela ocasião, sugeriu ao e. Plenário o seguinte:

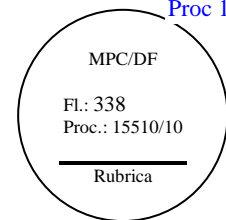
“I. tome conhecimento da Inspeção realizada na Secretaria de Estado de Educação;

II. determine à Secretaria de Estado de Educação que encaminhe a esta Corte, no prazo de 30 dias, documentação relacionada à distribuição de kits de saúde bucal adquiridos no âmbito do Programa “Dentista na Escola” aos alunos da rede pública de educação, uma vez que, pelo que consta das planilhas, 76% desses kits não tiveram destinação comprovada;

III. chame em audiência o Senhor nominado nos §§ 25, 34, 55 e 63, com possibilidade de aplicação de multa, conforme art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, para que apresente razões de justificativa quanto às seguintes irregularidades:

a. solicitação de aquisição:

- i. do produto na forma farmacêutica em gel em detrimento das demais apresentações, contrariando o caput do art. 3º da Lei nº 8.666/93 – princípio da isonomia;
- ii. de material didático sem análise pedagógica, contrariando o caput do art. 3º da Lei nº 8.666/93 – princípio da isonomia;



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

b. ausência de estudo técnico embasando o quantitativo de kits solicitados e a composição deles, em desacordo com o princípio da economicidade, art. 70 da Constituição Federal;

IV. autorize:

a. o encaminhamento de cópia deste Relatório de Inspeção à Secretaria de Estado de Educação ao Sr. referenciado no Item III supra;

b. o retorno dos autos a esta Secretaria.”

5. O Ministério Público manifestou-se no Parecer nº 217/2015 (fls. 293 a 299).

6. O e. Plenário, preliminarmente ao mérito, por meio da Decisão nº 1174/2015, decidiu:

“I – tomar conhecimento: a) do Relatório de Inspeção n.º 2.2019.14 – 2ª Divisão/Secretaria de Acompanhamento (fls. 268/290); b) do Parecer n.º 217/15-MF (fls. 293/299); II – determinar: a) com fulcro no art. 1º, § 1º, da Resolução n.º 271/14, c/c o art. 41, § 2º, da Lei Complementar n.º 01/94, a remessa de cópia do relatório de inspeção de fls. 268/290 ao gestor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as questões, os achados e as propostas de correção ou de melhorias neles contidas, fazendo constar, em caso de discordância, seus argumentos e eventual documentação comprobatória; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.”

7. Desta feita, o órgão técnico, na Informação nº 116/2015 (fls. 328 a 333), analisou a documentação encaminhada pela SEE (fls. 322 a 327) em atendimento à determinação de que trata o item II da Decisão nº 1174/2015, que, ressalta-se, se limitou a apresentar esclarecimentos somente acerca da evidenciada ausência de distribuição de 76% dos kits de saúde bucal.

8. Dessa análise, destacam-se as seguintes considerações:

“8. Nos termos do expediente de fl. 322, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF, reportando-se ao item II, alínea “a”, da Decisão n.º 1.174/2015, remeteu os documentos de fls. 323/327, informando que os kits de higiene bucal foram distribuídos em sua totalidade, conforme relatório anexado. Em relação a esse fato, salientou que os respectivos recibos e documentos probatórios encontravam-se arquivados nas Gerências de Infraestrutura e Apoio Educacional, das Coordenações Regionais de Ensino, e arquivos das Gerências do Programa de Saúde Escolar, os quais se encontram à disposição desta Casa para verificação in loco.



MPC/DF

Fl.: 339
Proc.: 15510/10

Rubrica

Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

9. À fl. 324, a SEDF juntou o Relatório Demonstrativo 2008/2009/2010/2011 constando os kits recebidos e distribuídos pelas Diretorias Regionais de Ensino. Referido documento encontra-se assinado pela Coordenadora de Saúde e Assistência ao Estudante, sra. Eliene Lopes Moreira, que apresenta a distribuição de 875.010 kits entre 2008 e 2011, cujo quantitativo corresponde ao levantado durante à apuração, conforme anotado no item 45 do citado Relatório de Inspeção (fl. 280). Nesse sentido, restou esclarecida a destinação dos 76% dos kits não localizados na referida inspeção. Por isso entende-se que esta Casa deva considerar, nesse quesito, a determinação atendida.”

9. Assim, o órgão técnico, ao entender que haveria “prova de que os kits adquiridos foram distribuídos” (parágrafo 14 na fl. 332), entendeu que a audiência que se faz necessária, do Sr. Reinaldo Maia, Gerente do Projeto Dentista na Escola, responsável pelas demais irregularidades, não deveria também incluir a possibilidade da aplicação da multa prevista no inciso III do art. 57 da LC nº 1/94, mas somente aquela de que trata o inciso II desse artigo.

10. Em consequência, sugeriu ao e. Plenário o seguinte:

“I. tome conhecimento do Ofício n.º 615/2015-GAB/SE, de 22 de maio de 2015, acompanhado da documentação de fls. 323/327;

II. considere, em parte, cumprido o item II, alínea “a”, da Decisão n.º 1.174/2015;

III. determine audiência do senhor nominado nos §§ 25, 34, 55 e 63 do Relatório de Inspeção n.º 2.2019.14 (fls. 275, 277, 282 e 284), com possibilidade de aplicação de multa, conforme art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/94, para que apresente razões de justificativa quanto às seguintes irregularidades:

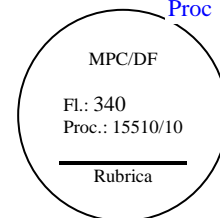
a) solicitação de aquisição:

a.1. do produto na forma farmacêutica em gel em detrimento das demais apresentações, contrariando o caput do art. 3º da Lei n.º 8.666/93 (princípio da isonomia);

a.2. de material didático sem análise pedagógica, contrariando o caput do art. 3º da Lei n.º 8.666/93 (princípio da isonomia);

b) ausente estudo técnico embasando o quantitativo de kits solicitados e a composição deles, contrariando o art. 70 da Constituição Federal (princípio da economicidade);

IV. autorize a devolução destes autos à SEACOMP para os devidos fins.”



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

11. O Ministério Público, com as devidas vênias, diverge parcialmente desse entendimento.

12. A documentação encaminhada pela SEE com o intuito de evidenciar a efetiva realização da distribuição dos kits se baseia unicamente em despacho (fls. 325 e 326) e demonstrativo (quadro resumo) visto à fl. 324, assinados pela Coordenadora de Saúde e Assistência ao Estudante, indicando o quantitativo de kits recebidos e os distribuídos nos anos de 2008 a 2011 entre as quatorze Regionais de Ensino que explicita. Ali atesta que os 875.000 kits recebidos foram distribuídos e que os recibos e demais documentos comprobatórios a respeito dessa distribuição encontrar-se-iam arquivados nas Gerências de Infraestrutura e Apoio Educacional – GIAE, das diversas Coordenações Regionais de Ensino, estando à disposição para verificações “*in loco*”.

13. Com as vênias devidas, ao ver do MPC, não se afigura apropriado ao e. TCDF, no exercício das suas funções de controle externo, simplesmente satisfazer-se com o teor desse documento, mormente diante da relevância da irregularidade apontada no Relatório de Inspeção e, mais ainda, tendo em vista que, quando da realização da inspeção, foi encaminhada à jurisdicionada Nota de Inspeção questionando a destinação dada aos produtos, não tendo havido qualquer resposta da SEE:

Relatório de Inspeção nº 2.2019.14:

“48. Sobre o elevado percentual de kits sem distribuição, encaminhamos à Jurisdicionada a Nota de Inspeção nº 04/2014 questionando a destinação dada aos produtos uma vez que, pelo que consta nas planilhas de distribuição, estes não foram entregues aos alunos da rede pública do DF. No entanto, na resposta encaminhada pela Pasta não consta a resposta sobre esse assunto.

49. A SE/DF foi questionada sobre as diferenças nos quantitativos de kits adquiridos e distribuídos, e, apesar de ter solicitado prorrogação de prazo (fls.266/267) até o fechamento deste Relatório de Inspeção, mesmo tendo o prazo expirado, não houve resposta por parte da Pasta.”

14. A questão demanda, no mínimo, verificação mais acurada, dadas as incertezas postas em relação a essa distribuição e a materialidade envolvida.

15. Nesse sentido, remanescem válidas as considerações tecidas no Parecer nº 217/2015 (fls. 293 a 299), a seguir transcritas, de modo a serem devidamente conhecidas pelo e. Plenário:

“5. Ressalta-se que o Processo nº 7064/10 foi arquivado por perda de objeto, em razão unicamente do vencimento da ata de registro de preço decorrente do PE nº 1/2010-UAG/SEE-DF, não tendo havido manifestação conclusiva acerca das irregularidades apontadas, incluindo o preço 25% superior à da aquisição anterior. A compra ali não ocorreu, é bom que se re-



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

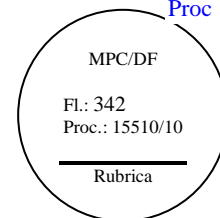
gistre, em face da atuação do e. TCDF que suspendeu cautelarmente a aquisição do item 2 da ARP nº 1/2010 (gel evidenciador de placa bacteriana).

6. A evidenciada ausência de qualquer comprovação sobre a utilização do produto na forma de gel em detrimento de outras justifica a audiência sugerida pelo órgão técnico, destacando-se que eventual aceitação pelos alunos não dirime os questionamentos da Gerência de Odontologia da SES.

7. Aliás, acerca da pesquisa sobre a satisfação dos alunos e familiares, realizada junto a aproximadamente 50.000 alunos, correspondendo a 10% dos estudantes das instituições educacionais de todas as Regionais de Ensino, sem pretender-se adentrar a aspectos técnicos de escolha da amostra e metodologia utilizada, o resultado indicando que 76% dos pesquisados afirmaram que a utilização do gel evidenciador contribuiu para a melhoria de sua higiene bucal, ao ver do *Parquet*, com as devidas vênias, não se afigura tão positivo quanto alegado, pois, desse dado, depreende-se que 24%, ou seja 12.000 alunos, não concluíram dessa forma, equivale dizer, não perceberam qualquer melhora na saúde bucal.

8. Tal fato, em realidade, vem a corroborar o entendimento de odontólogos acerca da pouca eficácia do produto, conforme apontado na Representação nº 7/2010-MF (fls. 3 a 5), no sentido de que “entidades de representação de odontólogos criticam firmemente a inclusão do gel evidenciador de placa nos kits de higiene bucal, por ser oneroso e de pouca eficácia, devendo ser utilizado somente sob os cuidados de um profissional habilitado”, expresso também na “manifestação da Gerência de Odontologia da SES contrária à aquisição do produto evidenciador de placas bacterianas na forma de gel, porquanto de fabricação exclusiva de apenas uma empresa, restringindo a competitividade e, em consequência, majorando o valor a ser pago, preferindo-se, ao invés, o produto na forma em pasta ou líquida, questionando também a segurança, a eficácia e viabilidade do gel, afirmando que a sua utilização necessita cuidadosa orientação e acompanhamento para que não ocorram acidentes com o seu uso”.

9. No mesmo sentido, justifica-se a audiência sugerida pelo órgão técnico diante das evidenciadas ausência de estudo técnico embasando o quantitativo de kits solicitados e sua composição e ausência de análises pedagógicas dos livros adquiridos, em que pese, em acréscimo à sugerida possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso II do art. 57 da LC nº 1/94, dever-se apor a de aplicação da multa de que trata o inciso III, do art. 57 da LC nº 1/94 (“III – ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao Erário”).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

10. Tendo em vista que o procedimento licitatório caracteriza ato administrativo formal (parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8666/93¹), os atos praticados encontram-se eivados de vício, vez que desprovidos de justificativa ou de justificativa plausível, configurando infração ao princípio da motivação (art. 19 da LODF²). Não havendo razoabilidade ou pertinência nessa motivação, considera-se infringido esse princípio. Acerca da necessidade de motivação, elucidativos os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello³:

“A motivação deve ser prévia ou contemporânea à expedição do ato. Em algumas hipóteses de atos vinculados, isto é, naqueles em que há aplicação quase automática da lei, por não existir campo para interferência de juízos subjetivos do administrador, a simples menção do fato e da regra de Direito aplicada pode ser suficiente, por estar implícita a motivação. **Naqueles outros, todavia, em que existe discricionariedade administrativa ou em que a prática do ato vinculado depende de aturada apreciação e sopesamento dos fatos e das regras jurídicas em causa, é imprescindível motivação detalhada.**” (grifou-se)

11. Nesse sentido, à audiência sugerida deve ser acrescida a ausência de justificativa ou de justificativa adequada quando da opção de compra pelos itens que compunham o kit de saúde bucal, contrariamente ao princípio da motivação.

12. Chama-se a atenção para as irregularidades evidenciadas pelo controle interno, tratadas nas alíneas “e”, “f” e “g”, referenciadas no parágrafo 2º deste parecer, vez que evidenciam a ocorrência de possíveis prejuízos ao erário, ensejando a imediata instauração de TCE, nos termos do § 1º do art. 9º da LC nº 1/94⁴.

¹ “Art. 4o (...) Parágrafo único. O procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.”

² “Art. 19. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, transparência, eficiência e interesse público...”

³ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 108 e p. 383.

⁴ “Art. 9º Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Distrito Federal, na forma prevista no inciso VI do art. 6º desta Lei Complementar, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências, com vista à instauração de tomada de contas especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

§ 1º Não atendido o disposto neste artigo, o Tribunal determinará a instauração da tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.”



MPC/DF

Fl.: 343

Proc.: 15510/10

Rubrica

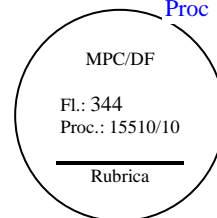
Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

13. Conforme discorrido pelo órgão técnico nos parágrafos 44 a 48 do Relatório de Inspeção nº 2.2019.14 (vide fls.280 e 281), foram adquiridos, ao longo de 2008, 875.000 kits de higiene bucal a pedido da Gerência de Projetos – Dentista na Escola, mas foram distribuídos nos anos seguintes, até 2011, apenas 208.360 desses kits, importando numa diferença de 666.640 kits. Trata-se de um percentual elevado de kits sem distribuição, restando evidenciado nas planilhas de distribuição que não foram entregues aos alunos da rede pública do DF.

14. Haja vista que essa nessa compra despendeu-se R\$ 9,3 milhões, conforme apontado na Representação nº 7/2010 (fls. 3 a 5), tem-se que R\$ 7,08 milhões gastos não têm comprovação quanto à sua destinação, demandando, pois, a instauração da devida TCE. Em se tratando de órgão da Administração direta, a respectiva determinação deve ser dirigida à Controladoria-Geral do DF, com vistas à Subsecretaria de Tomada de Contas Especial.”

16. Nesses termos, o MPC, com as devidas vênias, diverge parcialmente do entendimento do órgão técnico e pugna pelo acolhimento das seguintes sugestões pelo e. Plenário:

- I- tomar conhecimento dos documentos encaminhados pela Secretaria de Estado de Educação em atendimento à Decisão nº 1174/2015;
- II- determinar à Controladoria-Geral do DF, com vistas à Subsecretaria de Tomada de Contas Especial, a instauração de tomada de contas especial para proceder à apuração das irregularidades originalmente apontadas no Relatório de Inspeção nº 01/2010-DIFIP/CONT (fls. 11 a 33 destes autos), da então CGDF, acerca de aquisições de kits e livros de higiene bucal para a execução do Projeto Dentista na Escola, tendo em conta as considerações contidas nos parágrafos 44 a 48 do Relatório de Inspeção nº 2.2019.14 (fls. 280 e 281) e neste parecer ministerial;
- III- chamar em audiência o Senhor nominado nos §§ 25, 34, 55 e 63, com possibilidade de aplicação das multas previstas no art. 57, incisos II e III, da Lei Complementar nº 01/94, para que apresente razões de justificativa quanto às seguintes irregularidades:
 - a. solicitação de aquisição:
 - i. do produto na forma farmacêutica em gel em detrimento das demais apresentações, restando ausente justificativa ou justificativa adequada acerca da opção de compra do item que compunha o kit de saúde



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

bucal, contrariando o art. 3º da Lei nº 8.666/93 – princípio da isonomia, e o princípio da motivação, insculpido no art. 19 da LODF;

ii. de material didático sem análise pedagógica, restando ausente justificativa ou justificativa satisfatória acerca da opção de compra do item que compunha o kit de saúde bucal, contrariando o art. 3º da Lei nº 8.666/93 – princípio da isonomia, e o princípio da motivação;

b. ausência de estudo técnico embasando o quantitativo de kits solicitados e a composição deles, em desacordo com os princípios da economicidade, art. 70 da Constituição Federal, e da motivação;

IV. autorizar:

a. o encaminhamento de cópia do Relatório de Inspeção e do parecer ministerial à Secretaria de Estado de Educação e ao Senhor referenciado no Item III supra;

b. o retorno dos autos a esta Secretaria, para as devidas providências.

É o parecer.

Brasília, 14 de agosto de 2015.

Márcia Farias
Procuradora